



DOI:10.12957/transversos.2019.47290

A EDUCAÇÃO ENTRE A RELIGIÃO E A POLÍTICA: CONSERVADORISMO CRISTÃO E O *HOMESCHOOLING*

Alexandre Guilherme da Cruz Alves Junior

Universidade Federal do Amapá
alexandreacruzunifap@gmail.com

Flávio Vilas-Bôas Trovão

Universidade Federal do Mato Grosso
flaviotrovaio@hotmail.com

Resumo: O presente ensaio tem por objetivo discorrer sobre a construção dos argumentos religiosos nos Estados Unidos para a defesa da implementação e popularização do *homeschooling* como modalidade de educação formal. Embora os argumentos dos seus defensores não se resumam aos aspectos religiosos, interessa-nos compreender a sua apropriação como um espaço de mediação entre tais valores e a política educacional institucional, resgatando o contexto histórico norte-americano dos anos 1980, no momento de sua expansão e suas possíveis variações na atual política educacional daquele país.

Palavras-chave: Educação domiciliar; religião; Estados Unidos; História.

Abstract: This essay aims to discuss the construction of religious arguments in the United States to defend the implementation and popularization of homeschooling as a form of formal education. Although the arguments of its defenders are not limited to religious aspects, we are interested in understanding their appropriation as a space of mediation between such values and institutional educational policy, rescuing the American historical context of the 80s, at the moment of its expansion, and its possible variations in the current educational policy of that country.

Keywords: Homeschooling, religion, United States; History

Introdução

Partindo de uma questão atual no cenário das políticas públicas educacionais brasileira, a defesa da educação domiciliar, o presente ensaio pretende discutir as bases dessa modalidade de educação, tendo como referência a experiência histórica norte-americana no contexto dos anos 1980, período onde a chamada *homeschooling* ganhou adeptos e viu sua expansão nos Estados Unidos. O texto divide-se em três momentos. O primeiro mapeou a formação do grupo político norte-americano de base religiosa e fundamentalista, a Direita Cristã. Em seguida problematizou-se a participação desse grupo no campo político educacional durante os anos do governo Reagan e num terceiro e conclusivo momento, buscou-se delimitar as novas modalidades educacionais que o *homeschooling* acabou adotando nos Estados Unidos.

Em 12 de setembro de 2018, o Supremo Tribunal Federal brasileiro julgou improcedente o recurso extraordinário n. 888.815, que tratava sobre o direito de uma família do Rio Grande do Sul optar pela educação domiciliar, conhecida como *homeschooling*. Essa pode ser definida como “a educação de crianças ou adolescentes, realizada de modo desescolarizado e sob o protagonismo dos pais do educando.” (ANDRADE, 20017. p. 173).

A decisão não considerou a prática inconstitucional, mas baseou-se na ausência de norma legal que a regulamentasse no Brasil.

Para o ministro Alexandre de Moraes, a Constituição Federal, em seus artigos 205 e 227, prevê a solidariedade do Estado e da família no dever de cuidar da educação das crianças. Já o artigo 226 garante liberdade aos pais para estabelecer o planejamento familiar. Segundo ele, o texto constitucional visou colocar a família e o Estado juntos para alcançar uma educação cada vez melhor para as novas gerações. Só Estados totalitários, segundo o ministro Alexandre, afastam a família da educação de seus filhos. A Constituição, contudo, estabelece princípios, preceitos e regras que devem ser aplicados à educação, entre eles a existência de um núcleo mínimo curricular e a necessidade de convivência familiar e comunitária. A educação não é de fornecimento exclusivo pelo Poder Público. O que existe, segundo o ministro, é a obrigatoriedade de quem fornece a educação de seguir as regras. Dentre as formas de ensino domiciliar, o ministro

ressaltou que a chamada espécie utilitarista, que permite fiscalização e acompanhamento, é a única que não é vedada pela Constituição. Contudo, para ser colocada em prática, deve seguir preceitos e regras, que incluam cadastramento dos alunos, avaliações pedagógicas e de socialização e frequência, até para que se evite uma piora no quadro de evasão escolar disfarçada sob o manto do ensino domiciliar. Por entender que não se trata de um direito, e sim de uma possibilidade legal, mas que falta regulamentação para a aplicação do ensino domiciliar, o ministro votou pelo desprovimento do recurso. (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2019).

Fundada em 2010, a Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED) marcou a crescente discussão sobre o tema no Brasil. Alguns argumentos sobre a precariedade das escolas públicas e o direito das famílias de educarem suas crianças ganharam força na defesa da Educação Domiciliar sem, com isso, instigar uma ampliação das pesquisas sobre seus aspectos didático-pedagógicos.

Como aponta Barbosa (2013, p.15)

Assim, na contramão das reivindicações realizadas nas últimas décadas no que diz respeito ao direito à educação, revela-se a crescente discussão sobre uma alternativa contrária à compulsoriedade da educação escolar: o ensino em casa, mais conhecido na versão da língua inglesa como *homeschooling*. Em uma definição ampla, por *homeschooling* entende-se qualquer situação em que os pais ou responsáveis assumem responsabilidade direta sobre a educação das crianças em idade escolar, ensinando-as em casa ao invés de enviá-las ao sistema educacional público ou privado. Cabe enfatizar a possibilidade de diferentes formas de realização e prática do *homeschooling*, mediante um estudo estruturado (seguindo programas e cronogramas de atividades) ou um estudo livre baseado nos interesses das crianças; realizado dentro da casa ou em outros espaços livres e/ou locais públicos; com uso dos recursos educacionais locais ou não; ou mesmo na combinação de duas ou mais formas.

Recentemente, na esteira do movimento Escola Sem Partido¹, a Educação Domiciliar passou a ganhar adeptos entre movimentos conservadores no país, tanto

¹ Segundo Carla Viviane Paulino “o movimento Escola sem Partido foi idealizado pelo advogado e também Procurador do Estado de São Paulo, Miguel Nagib, cujas ideias estão sendo veiculadas através de um site desde 2004, e vem ganhando força através das redes sociais, como o *Facebook*, com dezenas de milhares de seguidores. O movimento obteve ainda mais impulso em 2014, quando foram apresentados dois projetos

políticos quanto religiosos, incomodados com o currículo laico das escolas públicas, passando a questionar os considerados avanços obtidos com a universalização da educação básica, após a promulgação da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996. (Cf. LIMA e DIDONET, 2006).

Este ensaio não pretende se restringir aos aspectos pedagógicos da Educação Domiciliar, os quais se encontram em debate no Brasil², mas analisar a adesão de grupos religiosos conversadores à defesa dessa modalidade de educação, tendo como cenário para reflexão o caso norte-americano, que ganhou corpo nos anos 1970 e 1980.

Religião e política: A direita cristã nos Estados Unidos

Em setembro de 2010 surgiu uma grande polêmica na cidade de Nova York sobre a possível construção de um centro cultural islâmico a poucos metros do Marco Zero, o local onde as Torres Gêmeas foram destruídas. O fato foi amplamente noticiado pelas mídias norte-americana e internacional, por ter gerado polêmica e reação negativa por parte da sociedade norte-americana, que considerava o projeto um insulto à memória dos mortos nos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. O ponto alto da polarização se deu com a ameaça feita pelo pastor evangélico Terry Jones, líder da pequena igreja chamada “*Dove World Outreach Center*”, de

de lei representando as ideias do ESP, pré-elaborados pelo próprio Miguel Nagib e adaptados por políticos, sendo o primeiro no Estado do Rio de Janeiro, pelo deputado Flávio Bolsonaro e, o segundo, no Município do Rio de Janeiro, pelo vereador Carlos Bolsonaro – ambos filhos do deputado federal Jair Bolsonaro. A partir daí o modelo de projeto de lei foi disponibilizado no site do ESP, tendo sido tomado por diversos políticos como referência para elaborar novos projetos de lei. De acordo com o site do movimento, o Programa Escola sem Partido busca apresentar um conjunto de medidas previstas no já citado anteprojeto de lei elaborado pelo Movimento, que tem por objetivo inibir a prática da doutrinação política e ideológica em sala de aula e a usurpação do direito dos pais dos alunos sobre a educação moral dos seus filhos.” (PAULINO, 2018, p. 04).

Ver, ainda, sobre o tema o artigo de Fernando Penna intitulado “‘Escola sem Partido’ como ameaça à Educação Democrática: fabricando o ódio aos professores e destruindo o potencial educacional da escola.” (PENNA, 2017, p. 247-260).

² O então Deputado Federal Eduardo Bolsonaro apresentou, em agosto de 2015, um Projeto de Lei que regulamentaria essa modalidade de educação no país (PL 3261/2015). Em fevereiro de 2019 foi solicitado o desarquivamento do Projeto. Ver:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2017117>

Acesso em 11.11.2019

queimar vários volumes do Alcorão, livro sagrado islâmico, caso a mesquita fosse construída. (ZOLL, 2010).

Ao mesmo tempo em que vozes sociais similares a do pastor amplificavam o discurso preconceituoso e simplista que tomava todos os muçulmanos islâmicos como igualmente perigosos e culpados pelos atentados em 2001, vozes contrárias emergiram na sociedade norte-americana, denunciando o absurdo que seria embargar a obra do centro cultural por questões de intolerância religiosa. O debate colocou o então presidente Barack Obama no centro das discussões quando, em uma declaração pública, defendeu o livre exercício religioso no país.

Importante apontar que mesmo após a *Interpol* ter lançado um alerta global sobre o risco de possíveis ataques terroristas em represália à ameaça da queima dos livros sagrados, o governo norte-americano se viu impedido de tomar qualquer medida judicial contra o pastor e seus seguidores, uma vez que estariam exercitando o direito à liberdade de expressão, protegida pela Primeira Emenda à Constituição dos Estados Unidos. Coube à Casa Branca *solicitar* ao pastor que reconsiderasse suas ameaças. A querela foi encerrada após reunião de dois importantes líderes islâmicos nos Estados Unidos, Feisal Abdul Rauf e Muhammed Musri, com o pastor Terry Jones, na qual ficou decidido que a mesquita seria construída longe do Marco Zero. Mesmo após esta negociação, em 2012, o pastor Terry Jones queimou dois volumes do Alcorão, gerando violentos protestos e mortes em diversos países de maioria islâmica.

Este caso ilustra a complexa relação entre religião e política, igreja(s) e estado nos Estados Unidos. Como aponta George Mardsen,

A história da religião na cultura americana não é um simples movimento do religioso para o secular. Pelo contrário, é a história do reposicionamento do religioso e do secular em uma emergente sociedade moderna. Esse reposicionamento pode ter implicações importantes para a cultura como um todo. (MARDSEN, 2001, p.07)³

³ No original: *The story of religion in American culture is not that of a simple move from the religious to the secular. Rather, it is the story of the repositioning of the religious and the secular in an emerging modern society. This repositioning may have momentous implications for the culture as a whole.*

As transformações sociais oriundas da contracultura⁴ e do movimento pelos direitos civis nos anos 1960 e 1970 são consideradas vetores para um novo despertar religioso naquele país, capitaneado pelos Fundamentalistas Cristãos. Novos entendimentos constitucionais definidos pela Suprema Corte diminuíram enormemente os poderes legislativos e judiciários estaduais, ambientes de maior influência de grupos religiosos. Segundo Forner (1999, p.300), “é uma das ironias mais marcantes da época que a ‘revolução pelos direitos’ começou nas ruas, alcançou legitimidade constitucional através da Suprema Corte, historicamente o ramo mais conservador do governo”.

Ainda no sentido apontado por Mardsen (2001), o reposicionamento dos grupos religiosos nesse contexto foi imediato, buscando não apenas influir na política institucional, através do partido Republicano, como definindo novas estratégias de reversão da legislação nacional e do entendimento constitucional mais progressista, à longo prazo, formando novos quadros políticos.

Segundo Bellotti (2008, p.60), “a guerra cultural entre os fundamentalistas e a sociedade secular acirra-se com a criação da direita cristã norte-americana nos anos 1970, que leva ao plano político os debates sobre casamento gay, aborto e feminismo.” Ou seja, a estruturação da Direita Cristã no final dos anos 1970, tendo como lideranças pastores fundamentalistas, não deve ser interpretada como um fenômeno repentino, um ressurgimento. Nas palavras de Ariel Fingerut

O que entendemos por direita cristã passa tanto por movimento de cunho religioso e conservador como também por um movimento político que, nas últimas décadas, somando vitórias e derrotas eleitorais e políticas, caminhou de uma condição nascente de outsider nos anos de 1970 para uma das forças políticas mais bem organizadas e influentes, principalmente no Partido Republicano no limiar do século XXI. (FINGERUT, 2009. p. 113)

⁴ “O impulso à contestação de normas e padrões institucionalizados, a denúncia de estereótipos sociais associados a minorias, a busca por novos espaços de expressão, o elogio a novas formas de experimentação subjetiva, a luta pelo direito à cidadania por parte de setores excluídos da população, tudo isso, que compunha por assim dizer a atmosfera da contracultura, encontrou no cenário psiquiátrico da época campo muito rico de problemas e uma caixa de ressonância cultural muito poderosa. Na memória social registrada no cinema, na literatura, na música, nas artes, a contracultura ficou associada a um momento de celebração da experimentação subjetiva, de rebeldia contra formas de repressão, de transgressão a normas instituídas, de interrogação existencial e afirmação de diferenças.” (BEZERRA JR., 2007, p. 129).

Neste sentido, podemos pensar que nos anos 1970 ocorreram outros fatores que somados ao conjunto de leis progressistas, contribuíram para a mudança de perspectiva dos fundamentalistas, impelindo-os a atuarem através de novas práticas. Ou seja, manter-se “afastado” do mundo moderno, postura pública defendida a partir da década de 1920, não era mais suficiente. Seria necessário intervir diretamente na agenda social e política do país, através da participação efetiva no cenário político institucional.

Dareen Dochuk (2011) critica a interpretação historiográfica que entendeu o surgimento da Direita Cristã como um fenômeno específico do fim dos anos 1970, em defesa de valores morais que estariam sendo destruídos pelos progressistas. Para o autor, as bases da consolidação da Direita Cristã devem ser buscadas ainda nos anos 1930 e 40, com a migração de trabalhadores sulistas para a Califórnia, em busca de melhores condições de vida. No processo de adaptação a uma nova realidade regional, a Direita Cristã relativizou suas tradições racistas e antisemitas, passando a admirar e querer para si os benefícios econômicos de viver em uma região que experimentava uma forte expansão econômica, principalmente com a implantação das indústrias bélicas de defesa, já no contexto da Guerra Fria.

Ou seja, como demonstrado anteriormente, apenas a defesa dos valores morais contra a “usurpação” liberal nos anos 1960, não explica o ativismo político dos fundamentalistas cristãos, seu diálogo com os intelectuais neoconservadores e sua aliança com o programa do partido Republicano.

Uma das formas de contribuir para compreensão dessa aliança é analisar o processo que resultou no ativismo político do pastor fundamentalista Batista Jerry Falwell, através de sua liderança na organização política *Moral Majority*. De fato, a *Moral Majority* não foi um projeto pessoal de Jerry Falwell. Em maio de 1979, um grupo de políticos conservadores visitaram Falwell em Lynchburg, com o intuito de recrutá-lo para o projeto. Jerry Falwell na verdade era a segunda opção, Pat Robertson, a primeira, negou assumir a liderança do novo grupo político.

De fato, como afirma Hale (2011), em meados nos anos 1970, Falwell já dava claros sinais, através de sermões, que estava disposto a intervir politicamente. Ou seja, o convite para liderar a *Moral Majority*, não seu deu apenas pela sua

popularidade, mas também a uma predisposição anterior. Fundada em 06 de junho de 1979, apenas um mês após a primeira reunião, a *Moral Majority* se definiu como uma instituição pró-família tradicional, pró-vida e pró-Israel, colocando-se publicamente contra o casamento gay, o aborto e o divórcio. Alguns analistas apontam que dois terços dos cristãos brancos sulistas que votaram em Ronald Reagan nas eleições de 1980 tinham ligações com a *Moral Majority*.

Embora seus integrantes não fossem necessariamente todos fundamentalistas cristãos, os membros da *Moral Majority* tinham uma agenda moral e social convergente. Acreditavam que a verdadeira “América” era conservadora e cristã, e que naquele momento era necessário defendê-la, pois estava sendo desfigurada por setores do governo federal e da mídia norte-americana, que impunham práticas e hábitos seculares e humanistas. (Cf. SMOLLA, 1988.)

Jerry Falwell foi duramente criticado por outros líderes cristãos conservadores, como o pastor Billy Graham, por opinar através de seus sermões em assuntos políticos que não envolviam diretamente uma agenda moral religiosa. Ou seja, mesmo entre importantes figuras do conservadorismo religioso, a recém associação de Jerry Falwell entre política e religião, através da ação institucional, era polêmica.

Nesse aspecto a política para a educação do governo de Ronald Reagan, nos anos 1980, encontrou um ponto de apoio, uma vez que também concebia a educação nos Estados Unidos como um campo da vida social em decadência (o declínio moral), sendo necessário um novo arranjo desse setor, ampliando o debate para o campo dos direitos públicos (entendidos como serviços). Tal avanço fortalecia a ambos, as forças políticas do governo e grupos fundamentalistas com interesses políticos.

Poderíamos citar como importantes leis progressistas, as decisões da Suprema Corte no caso *Brown vs. Board of Education*, em 1954, e no caso *Abington School District vs. Schempp*, em 1963, quando foram declarados inconstitucionais, respectivamente, a segregação racial e a oração em escolas públicas feita por professores em horário escolar⁵, além da legalização do aborto, em 1973. Embora

⁵ Para saber mais sobre as disputas entre a Suprema Corte e as Escolas Privadas Cristãs, ver: DEVINS, 1983.

estas leis tenham gerado alguma repercussão negativa entre os fundamentalistas cristãos, o fato de possuírem escolas religiosas particulares suavizava tais decisões, criando “ilhas” que se opunham, na teoria, ao avanço secularista.

Como afirma Hale (2011, p. 265),

O sucesso do movimento pelos direitos civis em construir um sistema de integração nas escolas do sul na segunda metade dos anos sessenta e início dos setenta estendeu a sua indignação [dos fundamentalistas] e alimentou o movimento para a construção de academias privadas como a Lynchburg Christian Academy. Mas, ao final dos anos setenta, essas escolas também pareciam ameaçadas.

Entre 1970 e 1978, novas leis buscaram interferir nas escolas privadas de cunho religioso, tocando em temas importantes para os fundamentalistas, como a isenção de impostos e a proibição de segregação racial.

Em 1970 o governo federal, através da *Internal Revenue Service* (IRS), órgão da Receita Federal, proibiu a isenção fiscal para escolas privadas que impusessem algum tipo de discriminação racial ao corpo discente. Em 1975, a IRS implementou uma regra adicional, obrigando as escolas particulares a divulgarem suas políticas não discriminatórias. Em 21 de agosto de 1978, a IRS foi mais além e passou a considerar como discriminatórias as escolas que possuíssem um número pequeno de minorias étnicas entre seus alunos.

O caso mais controverso ocorreu no embate entre a IRS e a *Bob Jones University*, localizada em Greenville, Carolina do Sul. Embora não fosse filiada a nenhuma denominação religiosa, a universidade seguia a doutrina fundamentalista cristã, impondo diversas regras morais e de conduta aos seus estudantes. Dentre elas, estava a proibição de relacionamentos inter-raciais. Como forma de garantir a separação étnica, a universidade instituiu uma regra específica para a admissão de negros: estes deveriam ser casados.

Em 1971, a *Bob Jones University*, em resposta à determinação da IRS do ano anterior, solicitou que não fosse mais incluída no programa de isenção fiscal, buscando, assim, continuar com suas práticas segregacionistas. Em 1976, a IRS revogou o benefício da *Bob Jones University* e solicitou que esta devolvesse retroativamente aos cofres públicos os impostos não recolhidos entre 1971 e 1976.

A *Bob Jones* entrou com ação na justiça contra a IRS, perdendo o processo na Suprema Corte, em 1981.

Como afirma Hale (2011), as ações da IRS assustaram os fundamentalistas. Questões antigas, como a legalização do álcool ou o ensino do evolucionismo, pareceram pequenas diante da intervenção direta no interior das instituições educacionais, consideradas um *bunker* fundamentalista diante das transformações do mundo secular.

O relato de Paul Weyrich sobre o período é significativo,

O que galvanizou a comunidade cristã [protestante] não foi o aborto, a oração escolar ou o ERA [*Equal Rights Amendent*]. Eu sou uma testemunha viva disso, eu estava tentando fazer com que as essas pessoas ficassem interessadas nessas questões e falhei completamente. O que mudou a ideia deles foi a intervenção de Jimmy Carter⁶ nas escolas cristãs. (WEYRICH *apud* HALE, 2011, p. 266.)

Neste sentido, embora a lei *Roe vs Wade* de 1973, tenha servido, posteriormente, de retórica moral para justificar a entrada na arena política da Direita Cristã, foi apenas durante a intervenção governamental num terreno considerado sagrado pelos fundamentalistas, suas instituições educacionais privadas, que eles se viram impelidos a debater no espaço público sua agenda política.

A crítica fundamentalista ao intervencionismo do governo em suas escolas privadas encontrou eco no pensamento neoconservador, que também se opunha ao excesso de poder do governo federal. Embora a crítica religiosa e política tivessem origens diferentes, moral e econômica, respectivamente, os fatores econômicos também assombravam os fundamentalistas, posto que a intervenção governamental geraria mais custos, e aspectos religiosos e morais não eram negligenciados pelos neoconservadores.

***Homeschooling*: fundamentalismo cristão e a educação domiciliar**

⁶ Vale ressaltar que em 1971 o presidente dos Estados Unidos era o republicano Richard Nixon, o que nos faz interpretar a fala de Weyrich como uma tentativa de culpar os democratas pelas intervenções nas escolas religiosas.

Assim como se percebe a reconfiguração da relação entre religião e estado nos Estados Unidos nos anos 1960-1970, durante o governo de Ronald Reagan (1981-1989) também se fortaleceu uma estreita relação entre lideranças do campo político de base religiosa - os membros da Nova Direta e da Direita Cristã - e o Departamento de Educação.

Nos dois primeiros anos de mandato, Reagan atuou no sentido de eliminar o Departamento de Educação (equivalente, no Brasil, ao Ministério da Educação), criado na gestão do democrata Jimmy Carter (1977-1981), o que sofreu forte oposição no Senado, inclusive por parte de membros do seu partido que tinham medo de um possível estigma político que poderia ser atribuído aos republicanos, como partido “anti-educação” ou “anti-escola”. (Cf. DAVIES, 2007.)

A proposta política do então presidente norte-americano tinha por base o que muitos defensores - lá e aqui - da educação domiciliar *ou homeschooling* utilizam ao defender essa modalidade educacional, qual seja, a compreensão de que a decisão pela educação das crianças pertence às famílias e não ao Estado. Segundo Andrade (2017), a defesa da educação encampada e fornecida pela família nos Estados Unidos tem base jurídica nas Primeira e Décima Quarta Emendas, que atribuiriam à família o direito de decidir pela educação de seus filhos e pelo livre exercício religioso.

O presidente Reagan defendeu, incansavelmente, a diminuição dos impostos no campo educacional, recursos que, quando economizados, poderiam ser transferidos diretamente às famílias sob a forma de créditos educacionais, conhecidos como *voucher*. Essas ideias tem origem na obra do economista liberal Milton Friedman, nos anos 1950, época em que Reagan ainda era ator em Hollywood.

Após a eleição de Reagan, ele defendeu a escolha escolar, e especificamente a isenção de impostos. Reagan era diretamente influenciado pelas ideias de Friedman. Quando Friedman se aposentou pela Universidade de Chicago em 1977, ele mudou-se para a Califórnia e se associou ao Instituto Hoover da Universidade de Stanford. Ele e sua esposa, Rose, escreveram um best-seller, *Free to choose*, que foi a base de um documentário de dez partes para a televisão pública. Reagan concordava com a defesa da liberdade, a desregulamentação, as soluções de mercado e a privatização

de Friedman e ele tornou-se conselheiro de Reagan. (RAVITCH, 2011, p. 137.)

A querela que teve início nos anos 1950 tinha por base duas questões muito presentes também nos anos 1980 nos Estados Unidos: a questão racial, pois, famílias brancas defendiam a educação domiciliar para impedir seus filhos de estudarem em escolas integracionistas e religiosa, onde as escolas católicas litigiavam pelo direito a fundos financeiros educacionais.

O sistema de *voucher*, ainda que não relacionado diretamente a um princípio político de ordem religiosa e sim a um liberalismo mais radical, também favoreceu o fortalecimento das relações entre o gabinete Reagan e os grupos da Direita Cristã no contexto dos anos 1980. Ambas propostas – tanto o *voucher* quanto o *homeschooling* - apoiavam-se na defesa da autoridade da família sobre a educação dos filhos. Essas propostas reforçavam uma concepção de educação não mais compreendida enquanto direito social, mas sim, como um serviço que poderia ser assumido pela iniciativa privada – aqui entendida como grupos religiosos, empresas privadas ou organizações sem fins lucrativos - ou mesmo pelas próprias famílias, da mesma forma que o era pelo Estado.

Imbuído desses princípios, já no início de seu mandato, o presidente criou uma Comissão para a Excelência em Educação, marcando uma virada de paradigma na política pública educacional norte-americana: o fim da concepção de educação para a igualdade substituída por uma concepção de “qualidade em educação.” (ENGUIITA, 1994, p.103). Depois de dois anos de trabalho, a Comissão publicou seu relatório final, intitulado *A nation at risk* (A nação em risco), que se tornou paradigmático no contexto histórico e educacional do país.

O jornal *The New York Times*, de 14 de novembro de 1982, noticiava a permanência do Departamento de Educação, ainda que o presidente tenha nomeado seu Secretário com o compromisso de extingui-lo. As forças em disputa no campo educacional daquele momento fez com que não apenas o Departamento permanecesse, como ainda saísse fortalecido, ao ver o relatório ser assumido e defendido por setores em premência naquele momento: *businessmen* e líderes conservadores. Diz a matéria:

A ironia do momento é que, embora quase ninguém tenha muito carinho pelo departamento, o único advogado franco de sua morte, além do presidente, é seu chefe, o secretário de Educação Terrel H. Bell, que aceitou sua nomeação há quase dois anos, com a missão acordada de desmontá-lo.” (THE NEW YORK TIMES, 1982, p. 50).⁷

Os membros escolhidos pelo gabinete presidencial para comandarem os trabalhos da Comissão para Excelência, David Pierpont Gardner e Terrel H. Bell, já representavam parte dos grupos interessados em avançar sobre o setor educacional público norte-americano. Gardner era ex-presidente das Universidades da Califórnia (estado governado por Reagan nos anos 1970) e de Utah, estado majoritariamente mórmon, religião da qual Gardner era membro ativo. O Secretário da Educação, encarregado de “comandar o fechamento da pasta”, era o também religioso Terry Bell.

É oportuno destacar que a vinculação entre lideranças religiosas e o Departamento de Educação nos Estados Unidos durante os anos Reagan não pode ser considerada um fato casual, mas sim, uma forma de política pública que se desenhava naquele momento histórico, no qual a própria Direita Cristã se articulou. Entre as ideias defendidas pelo Presidente e que permitiram aos conservadores religiosos a formação de um “grupo ativo”, estavam a oração nas escolas, a redução dos impostos e ampliação de financiamentos privados educacionais. É nesse contexto favorável político e historicamente, que os apoiadores da “educação domiciliar” ganharam espaço e força.

O documento resultante do trabalho da Comissão chefiada por Gardner, relatório cujo título teve efeitos políticos planejados, “A nação em risco” (*A nation at risk*) pode ser entendido como uma referência para se compreender a complexa relação entre educação pública e mercado privado nos Estados Unidos (e por que não dizer, em outros países onde os mesmos princípios econômicos são implementados?). O texto é dividido em subitens que apresentam a situação

⁷ Livre tradução de: *The irony of the moment is that although hardly anyone bears much affection for the department, the only outspoken advocate of its demise, apart from the President, is its boss, Secretary of Education Terrel H. Bell, who accepted his appointment nearly two years ago with the agreed-upon mission to dismantle it.*

educacional norte-americana como uma ameaça à segurança nacional, maior que aquela vivida pelos Estados Unidos no período da Guerra Fria.⁸

Analisando o relatório, ainda nos anos 1980, o historiador norte-americano Michael Katz afirmou:

Em pouco mais de 30 páginas de metáforas militares, o relatório culpa a educação pelo declínio da economia e da proeminência militar da nação. Faltam neste documento evidências que comprovem suas teses, e também não se leva em conta o quanto as forças sociais castigaram as instituições educacionais nas últimas décadas. Em suas páginas as escolas americanas são fruto da inércia, da vontade e da competência. Professores vivos, comprometidos com a causa e motivados por salários justos podem virar a mesa e salvar o país, especialmente se aumentarem o dever de casa. Críticos podem apontar várias outras falhas no trabalho da Comissão Nacional pela Excelência do Ensino. Ela não considera, por exemplo, as mudanças na composição demográfica das escolas e universidades; faz proposições inaceitáveis e sem base quanto ao papel do tempo instrucional na sala de aula, no que tange ao progresso educacional; ela é de um super otimismo um tanto ou quanto ingênuo a respeito do potencial tecnológico para aliviar o desemprego; e usa do medo ao invés da razão para convencer seus leitores. (KATZ, 1993, p. 169)

Entre os problemas educacionais apontados pelo relatório, destacam-se o modo como uma crise do sistema educacional americano foi identificada desde “os últimos 25 anos”, ou seja, desde os anos 1960, momento em que os Estados Unidos passaram por uma profunda transformação social com as lutas pelos *civil rights* e a ideia de uma educação inclusiva como política social. O texto produzido pelos membros do Departamento de Educação e apresentado em 1983 era enfático na afirmação da queda do nível da qualidade educacional no país, desde meados dos anos 1960.

⁸ Deve-se lembrar que os anos 1980 ficaram conhecidos, entre outras alcunhas, como aqueles em que os conflitos entre as superpotências da época, União Soviética e Estados Unidos viveram um reaquecimento, ao mesmo tempo em que o neoliberalismo se implantava nas principais economias do mundo ocidental e capitalista. Nesse mesmo período o Reino Unido era governada por Margaret Thatcher, que ganhou a alcunha de “Dama de Ferro” justamente pelo modo como conduziu as reformas conservadoras em seu país ao longo dos anos 1980. A proximidade com o gabinete Reagan era pública. Sobre o tema ver: WHAPSHOTT, 2007.

De certa forma, o governo Reagan atribuía, assim, à integração racial ocorrida nas escolas desde meados dos anos 1960 uma variante explicativa do decréscimo educacional no país de então. Defendia a fundação de uma “sociedade do conhecimento” pautada, sobremaneira, no desenvolvimento tecnológico e sugeria uma nova educação voltada para o trabalho e os valores defendidos pelo mercado.

A nation at risk destacava, ainda, o problema de indisciplina, poucas “tarefas escolares” e a falta de estrutura das escolas públicas, em especial, as escolas urbanas⁹. O tempo perdido em sala de aula com a falta de estrutura da educação pública, relatadas no documento, também servirá de munição para os ataques à educação pública e a defesa de sua eficácia quando realizada sob a iniciativa dos pais ou organizações privadas.

Um novo paradigma educacional se estabelecia: a educação para a qualidade e a competitividade. O próprio presidente afirmava que era mais importante formar “melhores trabalhadores,” o que permite entender que a formação educacional seria voltada para o mercado, em detrimento de uma maior “integração social” postulada pelo paradigma da igualdade educacional. Mariano Enguita, ao analisar, nos anos 1980, o contexto educacional nos Estados Unidos, afirmou:

No campo da educação, tudo isso se traduz em uma ofensiva contra as políticas igualitárias do passado, às quais se culpa da suposta ‘queda geral de nível’, do nivelamento de todos por baixo, da crise de valores da juventude, etc. (...) Mas enquanto a palavra de ordem da ‘igualdade de oportunidades’ coloca ênfase no comum, a da ‘qualidade’ enfatiza a diferença. Outros termos também mudaram, correlativamente: se antes se vinculava insistentemente a educação ao objetivo do ‘desenvolvimento’, agora se vincula ao da ‘competição internacional’. Este deslocamento tampouco é inocente, pois, enquanto o desenvolvimento é o objetivo dos países pobres, a competitividade o é dos países ricos. (ENGUITA, 1994, p. 104-105)

⁹ Vale frisar que há uma representação predominante na cultura midiática norte-americana, veiculada sobretudo pelo cinema hollywoodiano, da escola urbana ser considerada mais problemática que a escola suburbana, por atender, justamente, os grupos sociais mais carentes ou excluídos, como os negros, latinos e o trabalhador pobre. Dessa forma, ao privilegiar as escolas urbanas pode-se reivindicar uma imagem de escola voltada para as minorias e, por isso, mais desestruturadas e problemáticas. Ver: BULMAN, 2005.

O que estava em jogo naquele momento histórico, portanto, era a concepção de educação e do papel da escola na sociedade. O problema não se resumia à defesa de mais qualidade educacional, mas sim, ao que se entendia por “qualidade”. O que parece apontar para uma maior competitividade entre os grupos sociais, com ampla vantagem daqueles que possuíam melhores condições, sobretudo às famílias que podiam prover a educação privada e desescolarizada para seus filhos. Como estivessem com a faca e o queijo na mão – contexto político favorável e representantes instalados nas estruturas do poder – os conservadores cristãos partiram para a defesa de uma educação menos igualitária, mais religiosa e com ênfase na maior competitividade, o que na fala de seus defensores, seria sinônimo de maior “qualidade educacional”.

Robert Kunzman (2010) ao analisar o *homeschooling* nos Estados Unidos e sua relação com os fundamentalismos religiosos, identifica alguns elementos característicos de seus defensores e suas pautas reivindicatórias. Segundo o autor o movimento tem origens no início do século XX, em função daquilo que se tornou uma marca de suas ações, qual seja, a oposição ao secularismo e à ciência. Uma das maiores e mais longas querelas dos defensores da educação doméstica nos Estados Unidos, ainda permanece em torno das teses darwinianas em oposição à interpretação literal da bíblia cristã, no relato da criação do mundo. Ou seja, a oposição entre a tradição religiosa e o saber científico.

Essa é a retórica do movimento mais conhecida historicamente, uma vez que a educação domiciliar é, desde então, extremamente flexível do ponto de vista acadêmico e metodológico, privilegiando uma educação moralmente conduzida pela moral doméstica, evitando os confrontos culturais que a educação escolar poderia gerar, vistos nesse caso não como matéria para aprender à convivência cidadã e democrática, uma vez que as diferenças existem, como ameaça ao mundo que defendem. (KUNZMAN, 2010, p. 05)

O autor destaca o papel exercido pelos conservadores cristãos em outro momento histórico, durante os anos 1960-70, favorecidos pela ampliação da cultura midiática da época com a televisão, produto valorizado por toda a classe média em seus diferentes status. Para Kunzman uma espécie de “televangelismo”, ou o culto

religioso via televisão, ofereceu aos membros da Direita Cristã a base de difusão de suas ideias e valores políticos na cultura midiática da época.

Kuzman afirma, ainda, que nos Estados Unidos, assim como a Nova Direita é formada por distintas agremiações políticas conservadoras, tais como fundamentalistas, liberais moderados e neoconservadores, também nos quadros dos militantes religiosos em defesa do *homeschooling* agrupam-se militantes católicos, judeus, evangélicos, em torno de temas comuns entre si, como o direito dos pais em decidir sobre a modalidade de ensino aos seus filhos. Por vezes, temas de menor unidade como a isenção de impostos para escolas católicas, podem gerar divisões entre o grupo. Essa configuração política exigiu grande diplomacia dos governos federais para com seus membros, o que explica, em partes, a nomeação de líderes religiosos nas comissões de educação pública do país, sobretudo nos anos do governo Reagan.

Finalmente, segundo o autor, outra característica recorrente ao movimento dos defensores da desescolarização nos Estados Unidos é o (des)preparo acadêmico e o questionamento da autoridade institucional dos professores, o que se materializava em ações de ataque aos profissionais públicos da educação nos Estados Unidos (e, atualmente, no Brasil).¹⁰ Os *homeschoollers* (termo para se referir aos defensores da educação domiciliar) defendiam a primazia do conhecimento religioso sobre o acadêmico, indo ao encontro dos ataques contra os professores e sua desqualificação. Nesse quesito, as discussões em torno das chamadas “questões de gênero” uniram cristãos de diferentes agremiações em seu combate e a defesa do modelo tradicional de família.

Os aspectos elencados por Kunzman, como característicos e aglutinadores das forças religiosas conservadoras em torno do tema do *homeschooling*, são muito próximos daqueles usados por políticos e fundamentalistas dos anos 1980 que desejam reverter os avanços sociais e civis dos anos 1970, e que ganharam espaço político no governo da época¹¹. Trata-se, portanto, de um movimento com diferentes

¹⁰ “A proposta de instituir o *homeschooling* [no Brasil atual] ocorre em um movimento de tensão também entre governo e professores, quando articuladores de propostas como a da Escola sem Partido veem uma possibilidade real de transformar perseguição, intimidação e execração de docentes em política pública.” (PICHONELLI, 2019, p. 1679. *versão kindle*)

¹¹ A política do governo Ronald Reagan com os homossexuais, em especial, aos acometidos pelo vírus HIV nos anos 1980 são um claro exemplo de como os conservadores e fundamentalistas religiosos viam a

sujeitos, variadas pautas políticas e diversas ações, mas que viram na ascensão de Ronald Reagan à Casa Branca a chance de implementar seus projetos, que em uma leitura mais estrutural, comungam de bases morais, econômicas e políticas de ordem conservadora.

As escolas autônomas: um novo modelo

A mudança paradigmática dos princípios educacionais nos Estados Unidos dos anos 1980, de uma educação entendida como direito e produtora de cidadania para a prestação de um serviço, permitiu ao setor privado avançar sobre o setor público. Articulado uma retórica de defesa de gestões mais lucrativa e de maior qualidade em detrimento da gestão pública, vista como ineficiente e onerosa, o “mercado” educacional teve grande expansão nos anos 1980. Nesse contexto, a experiência das chamadas Escolas Autônomas parece apontar para uma aproximação das pautas dos *homeschoollers* à outras áreas da educação pública, prestada/gerida pela iniciativa privada.

As Escolas Autônomas são um modelo de escola que permanece pública, mas não está ligada a um determinado distrito educacional e goza, portanto, de autonomia administrativa dos recursos públicos com os quais subsiste. Entre essas, talvez o modelo *Charter* seja o mais divulgado, visto a grande ampliação dessa rede nos anos do governo Obama, em parte por sua proposta inicial – atender estudantes que não se adequavam ao sistema regular de ensino e era administrada por professores -, mas também, em larga medida, pela ampliação do setor privado na gestão e organização da educação pública.

As *charter schools* têm suas origens em escolas alternativas direcionadas para estudantes que sofriam *bullying* ou tinham dificuldades de acompanhar a escola regular, seja por questões disciplinares, morais ou cognitivas. O filme “Preciosa: uma

sociedade americana naquele momento. Para muitos os homossexuais eram merecedores do castigo que recebiam, pois tinham ultrapassado o limite da “natureza” para a qual os seres humanos foram criados por Deus. Assim, a AIDS foi entendida pelo grupo como uma “punição divina” e o descaso orçamentário, político e social da Casa Branca com essa população, demonstrava quais grupos o governo atenderia e quais deveriam ser extintos, se não completamente, ao menos simbolicamente. A chamada “epidemia de AIDS” nos anos 1980 foi simbolicamente a contrarrevolução sexual dos anos 1980, sobre a qual a Direita Cristã encampou para reafirmar seu modelo de família tradicional. Sobre o tema ver: TROVAO, 2013.

história de esperança” retrata uma *charter school*, destacando positivamente a ação da escola na transformação da vida da protagonista, uma jovem negra, obesa, que sofria violência sexual, moral e física em casa por parte de seus responsáveis e que encontra na figura da professora o apoio para mudar o rumo da sua vida. O filme idealiza o movimento *charter* ao mesmo tempo que esteriotipa seu público.

Estudos apontam que as escolas *charter* se tornaram uma verdadeira fábrica de dinheiro nos Estados Unidos, com programas acadêmicos duvidosos, mas atuando diretamente no orçamento educacional público do país. Segundo Daiane Ravitch

As escolas autônomas cumpriram o prometido pelos seus defensores? Dada a diversidade de escolas autônomas, é difícil chegar a uma única conclusão sobre elas. Em termos de qualidade, as escolas autônomas vão de um extremo ao outro. Algumas são excelentes, algumas horríveis, e a maioria está em algum ponto intermediário. É da natureza dos mercados que algumas sejam bem sucedidas, algumas medianas e outras fracassem. (RAVITCH, 2011, P. 160).

A expansão do sistema *charter* teve como um de seus principais fatores a facilidade jurídica e administrativa em abrir um unidade escolar. Para Ravitch

A ideia era simples, e era muito próxima do plano de Chubb e Moe: qualquer grupo ou organização poderia se candidatar à autorização estadual para uma escola autônoma por três a cinco anos, concordar em atender aos requisitos mínimos e aos objetivos acadêmicos, e receber financiamento públicos para seus estudantes. (idem, p. 142).

É importante destacar que os favorecimentos oportunizados pelo gabinete Reagan a amplos setores do chamado “mercado” educacional, um dos maiores “serviços públicos” e cujo montante financeiro, se gerido pela lógica privatista, poderia gerar amplos lucros e, segundo seus defensores, melhorias públicas. O primeiro desses resultado foi alcançado: o serviço educacional público vêm sofrendo um processo de “privatização da gestão e dos serviços” nos últimos 40 anos nos Estados Unidos¹². Uma das expressões mais marcantes sobre o avanço privado

¹² “Houve uma explosão de marketing escolar desde os anos Reagan. (...) Outro estudo, do Centro de Análise do Comercialismo na Educação, descobriu que as citações da mídia sobre atividades comerciais na

nas escolas públicas norte-americanas é o chamado comercialismo educacional. Esse é representado por grupos privados como a gigante McDonald's, assumindo serviços até então públicos, como o fornecimento de alimentação das cantinas escolares; empresas gerenciando prédios públicos escolares, como ginásios de esportes, museus, bibliotecas, entre outros. Como aponta Molnar (2005, p. 11):

Assim, *A Nação em Risco* ajudou a criar e manter a pressão nas escolas para cooperar e ser vista cooperando com as corporações. Ele abriu as portas das instituições escolares para todas as formas de envolvimento corporativo nas escolas, desde reformas educacionais substanciais até a proliferação de esquemas de autosserviço e de geração de dinheiro.¹³

No que se refere ao segundo aspecto, o incremento da qualidade do serviço público pela gestão privada, ainda se vive um embate sobre a questão, dependendo a resposta dos posicionamentos que variam ora mais à direita ora mais à esquerda do espectro político.

Considerações finais

Molnar descreve em seu livro como o *sistema charter* tem se tornado, cada vez mais, uma opção regular de educação à medida que passou a oferecer seus serviços educacionais também na rede mundial de computadores, a *internet*. Assim, escolas *charter online* oferecem formação acadêmica, que pode ser realizada conforme a necessidade e o tempo do estudante, em sua própria casa, acabando por se constituir em um modelo de *homeschooling*.

Porém, uma diferença importante deve ser marcada em relação à defesa tradicional da educação domiciliar: trata-se, agora, de outro público. Não mais o filho

escola aumentaram 395% entre 1990 e 2000, com maior ênfase no patrocínio de programas e atividades.” (KLEINKNECHT, 2009, p. 156-157).

Livre tradução de: *There has been an explosion of school-based marketing since the Reagan years. (...) Another study, by the Center for the Analysis of Commercialism in Education, found that media citations of commercial activities in school had increased by 395 percent between 1990 and 2000, with the biggest emphasis on sponsorship of programs and activities.* (id. Ibid).

¹³ Livre tradução de: *Thus, A Nation at Risk helped create and maintain the pressure on schools to cooperate with – and to be seen cooperating with – corporations. It opened the schoolhouse door to all forms of corporate involvement in schools, from substantive educational reforms to a proliferation of self-serving, Money-making schemes.*”

da classe média tradicional (mais religiosa e robusta financeiramente) mas o estudante pobre e desabilitado da escola pública e estatal, que concluirá o básico de seus estudos, por sua própria conta. Vale frisar que as escolas *charter online* gozam das mesmas prerrogativas das escolas físicas, recebendo recursos públicos conforme o número de estudantes que atendem. (Cf. MOLNAR, 2005, p. 110-111)

Assim como a Educação à Distância se tornou uma modalidade altamente lucrativa entre os investidores no Ensino Superior, a educação domiciliar, agora mediada por plataformas virtuais de estudos, amplia o campo de ação dos conglomerados educacionais e, também, dos defensores do *homeschooling*.¹⁴

Ao que tudo indica, uma espécie de escola híbrida surge nesse momento nos Estados Unidos, atendendo à necessidades aparentemente diferentes, liderada por grupos políticos e sociais que, embora defendam princípios educacionais que pouco tem em comum (a formação da criança de classe média e do adolescente pobre), encontram na educação domiciliar virtual seu ponto de convergência. O fato novo, que parece ter emergido no caso norte-americano, é a aproximação desses setores conservadores e de base religiosa com os defensores de escolas autônomas as mais diversificadas possível no espectro ideológico, já que as exigências e garantias para ambas as modalidades educacionais, são mínimas. Além de língua nacional e matemática, todos os componentes curriculares restantes são possibilidades, mas não obrigatoriedade.

Molnar, ao perceber que “a educação online tornou-se um campo de atuação de grandes corporações educacionais”, como norte-americana *K-12 Inc.*, considerada “a mais avançada empresa prestadora de serviços educacionais do ramo”, fundada e comandada pelo, hoje, ex-secretário de Educação da gestão Reagan, William Bennet. Bennet sucedeu Terrel H. Bell, os mesmos que há quarenta anos atrás alardeavam o país sob o risco da má escolarização. Olhar para o campo educacional atual dos Estados Unidos abre uma possibilidade de avaliar que tipo de sociedade se quer em um futuro muito próximo, uma vez que a experiência histórica

¹⁴ No Brasil já existem plataformas que oferecem o serviço para pais que desejam alfabetizar seus filhos por conta própria e o Ministério da Educação já disponibiliza um programa que, entre outras ações, incentiva a alfabetização doméstica, o programa “Conta pra mim”.

norte-americana aponta para uma educação mais conservadora e doméstica, à medida que menos emancipadora e crítica.

Referências

ANDRADE, Édison Prado. **Educação domiciliar**: encontrando o Direito. *Revista Proposições*. vol.28, no. 2 (83), maio/agosto 2017. p. 172-192.

BARBOSA, Luciane Muniz Ribeiro. **Ensino em casa no Brasil**: um desafio à escola? Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2013.

BELLOTTI, Karina. A batalha pelo ar: a construção do fundamentalismo cristão norte-americano e a reconstrução dos “valores familiares” pela mídia (1920-1970). Em: **Gênero, Fundamentalismo e Religião**. Vol. 14. 2008.

BEZERRA JR., Benilton. Da contracultura à sociedade neuroquímica: psiquiatria e sociedade a virada do século. em: ALMEIDA, M. e NAVES, S. (orgs.). **“Por que não?”**: rupturas e continuidades da contracultura. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007. p. 129-154.

BULMAN, Robert. **Hollywood goes to high school**. Cinema, schools and american culture. New York: Worth Publishers, 2005.

DAVIES, Gareth. **See government grow**: education politics from Johnson to Reagan. Lawrence: University Press of Kansas, 2007.

DEVINS, Neal. State Regulation of Christian Schools. em: **William & Mary Law School Scholarship Repository**, 1983.

<https://scholarship.law.wm.edu/facpubs/381> Acesso em 01.11.2019.

DOCHUK, Darren. **From Bible Belt to Sunbelt**: Plain-Folk Religion, Grassroots Politics, and the Rise of Evangelical Conservatism. New York: W. W. Norton, 2011.

ENGUITA, Mariano F. O discurso da qualidade e a qualidade do discurso. em: GENTILLI, P. e SILVA, T.T. (orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 93-110.

FINGUERUT, Ariel. Formação, crescimento e apogeu da direita cristã nos Estados Unidos. Em: SILVA, Carlos Eduardo Lins. (org.) **Uma nação com alma de Igreja**. Religiosidade e políticas públicas nos EUA. São Paulo: Paz e Terra, 2009. 113-155.

FORNER, Eric. **The Story of American Freedom**. New York: WW Norton, 1999.

HALE, Grace Elizabeth. **A Nation of Outsiders**: how the white middle class fell in love with rebellion in postwar America. Oxford University Press: New York, 2011.

KATZ, Michael. O novo pânico educacional. em: BERLOWITZ, L.; DONOGHE, D.; MENAND, L. (orgs.). **A América em teoria**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993. p. 168-183.

KLEINKNECHT, William. **The man who sold the world**. Ronald Reagan and the betrayal of main street America. New York: Nation Books, 2009. p. 156-157.

KUNZMAN, Robert. Homeschooling and religious fundamentalism. **International Electronic Journal of Elementary Education**. Vol. 3, no.1, October, 2010.
https://www.researchgate.net/publication/47446888_Homeschooling_and_religious_fundamentalism Acesso em 01/11/2019 Acesso em: 10.11.2019.

LIMA, Maria José Rocha e DIDONET, Vital. (orgs.). **Fundeb**: avanços na universalização da educação básica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br>
Acesso: 02.12.2019

MARDSEN, George M. **Fundamentalism and American Culture**: the shape of twentieth-century evangelicalism 1870 - 1925. Oxford - New York - Toronto: Oxford University Press, 1980.

_____. **Religion and American Culture**. Belmont, CA: Thompson Wadsworth, 2001.

PAULINO, Carla Viviane. O impulso neoliberal e neoconservador na educação brasileira: a imagem do professor doutrinador” e o projeto “Escola sem partido”. **Educere et educare**. Revista de Educação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, vol. 13, no. 28. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17648/educare.v13i28.18731>
Acesso em: 12.11.2019.

PENNA, Fernando. “Escola sem Partido” como ameaça à Educação Democrática: fabricando o ódio aos professores e destruindo o potencial educacional da escola. em: MACHADO, A. e TOLEDO, M. (orgs.). **Golpes na História e na Escola**. O Brasil e a América Latina nos séculos XX e XXI. São Paulo: Cortez e ANPUH São Paulo, 2017. p. 247-260

PICHONELLI, Matheus. *Homeschooling* e a domesticação do aluno. em: MARIANO, Alessandro. (et. al.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 1648-1798 (*versão kindle*).

RAVITCH, Diane. **Vida e morte do grande sistema escolar americano**. Como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SMOLLA, Rodney A. **Jerry Falwell v. Larry Flynt: the first amendment on trial**. New York, St. Martin Press, 1988.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **STF nega recurso que pedia reconhecimento de direito a ensino domiciliar**. Brasília, 12 setembro de 2019. Disponível em <http://stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=389496>
Acesso em 07.11.2019.

TROVAO, Flávio. 30 anos de isolamento: o HIV e a trajetória da AIDS no filme "Meu querido companheiro". em: **Caderno espaço feminino**. Uberlândia. vol. 6, n.2, 2013. <http://www.seer.ufu.br/index.php/nequem/article/view/24668>
Acesso 01.12.2019

WHAPSHOTT, Nicholas. **Ronald Reagan and Margareth Thatcher**. A political marriage. New York: 2007.

ZOLL, Rachel. Pastor on fringe of the US Christian Life. In: **Boston.com**. 08/09/2010. Disponível em http://www.boston.com/news/nation/articles/2010/09/08/fla_pastor_on_fringe_of_us_christian_life/ Acessado em: 10.09.2019.

Alexandre Guilherme da Cruz Alves Junior: Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal Fluminense (2005); Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (2009); Doutor em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (2015). É professor de História da América da Universidade Federal do Amapá e integra o corpo docente do Mestrado em História Social (PPGH - UNIFAP) e do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA - UNIFAP). Atualmente coordena o ProfHistória-UNIFAP e integra a Rede de Estudos dos Estados Unidos.

Flávio Vilas-Bôas Trovão: Possui Doutorado (2010) e Pós-Doutorado (2018) em História Social pela Universidade de São Paulo, USP. A tese sobre Cinema e Política nos Estados Unidos nos anos 1980 foi publicada em 2012 pela Editora Anadarco e, atualmente, desenvolve pesquisas sobre juventude, educação e política no cinema hollywoodiano. Possui Mestrado em História pela Universidade Federal do Paraná (2002) e Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Federal do Paraná (1996). Tem experiência nas áreas de História, Educação e Mídias, atuando principalmente nos seguintes temas: História e Cinema, História dos Estados Unidos, História e Educação e Metodologia e Práticas de Ensino. É Professor Adjunto da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) em Rondonópolis e autor de "O Exército Inútil de Robert Altman: cinema e política" pela Editora Anadarco (São Paulo: 2012); "História das Américas Através do Cinema", pela Editora Prismas (2018); Co-autor de "Perspectivas do ensino de História: teorias, metodologias

edesafios para o século XXI" pela Editora Intersaberes; Autor de Material Didático pela Editora Positivo (Curitiba: 2007), além de artigos científicos e participações em coletâneas. Atua, também, como Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT - Campus Rondonópolis, na linha de pesquisa "INFÂNCIA, JUVENTUDE E CULTURA CONTEMPORÂNEA: DIREITOS, POLÍTICAS E DIVERSIDADE" e no Mestrado Profissional de História - PROFHISTORIA na UFMT-Câmpus de Cuiabá.

Como citar este artigo:

Junior, Alexandre Guilherme da Cruz Alves; Trovão, Flávio Vilas-Bôas; "A EDUCAÇÃO ENTRE A RELIGIÃO E A POLÍTICA: CONSERVADORISMO CRISTÃO E O *HOMESCHOOLING*". In REVISTA TRANSVERSOS. "Dossiê: RELIGIÃO E MUDANÇA SOCIAL ". N° 17, Dezembro, 2019, pp. 36-58 Disponível em <<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/transversos/index>>. ISSN 2179-7528. DOI:10.12957/transversos.2019.47290